

A presença teuta no Rio Grande Sul do século XIX

Um lacônico estudo sobre as consequências econômicas, sociais e culturais

The Teuta presence in Rio Grande do Sul XIX century
A laconic study on the consequences economic, social and cultural

Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho*

Resumo: O artigo tem por finalidade apresentar numa perspectiva lacônica e de instrumentalização didática, os motivos que se julga de maior relevância para a vinda dos imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, além de apresentar a circunstância, o contexto histórico, em que esse fato está inserido. Tem-se como objetivo fazer uma análise de fatores externos e internos que contribuíram para o princípio do processo imigratório teuto, assim como relatar algumas mudanças de aspecto sócio-econômico e cultural que estes imigrantes trouxeram para o Rio Grande do Sul, enfocando, principalmente, as basilares contribuições na dinamização econômica.

Palavras-chave: Imigração. Mercado consumidor. Industrialização.

Abstract: The article aims to present a laconic perspective and didactic instrumentation, the reasons are judged most relevant to the arrival of German immigrants to Rio Grande do Sul, in addition to presenting the fact, the historical context in which this fact is inserted. Has as purpose to analyze external and internal factors that contributed to the beginning of the Teutonic immigration process, and report some socio-economic and cultural aspect of changes these immigrants brought to Rio Grande do Sul, focusing mainly on the fundamental contributions to economic dynamism.

Keywords: Immigration. Consumer market. Industrialization.

Razões e circunstâncias para a imigração alemã no Rio Grande do Sul

No ano de 1824, iniciou no Rio Grande do Sul o processo de imigração europeia dos povos germânicos - uma vez que a Alemanha ainda não era unificada como nação. Entretanto, mesmo com esta ressalva, utilizar-se-á neste trabalho o termo "alemães" para melhor identificá-los.

Considera-se a vinda desses imigrantes um marco para a história do Rio Grande do Sul. Esse processo imigratório propiciou, a partir da metade do século XIX e idos do século XX,

* Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bolsista da CAPES. E-mail para contato: sobrinho.historia@gmail.com

uma divisão no Estado sul-rio-grandense em duas grandes regiões: região norte e região sul. A norte tendo, especialmente, imigração teuta e ítala, passou a apresentar uma maior dinâmica e diversificação em sua economia em contrapartida à região sul, que era formada por grandes estâncias, cuja economia de cunho, basicamente a pecuária, estava por iniciar um processo de estagnação econômica.

Para retratar esse processo de imigração, é necessário entender o contexto externo (europeu) e o interno (sul-rio-grandense/brasileiro), além de desmistificar algumas ideias que foram impregnadas na história do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, de revisão histórica, tem-se o artigo de Seyferth (1988), que derruba um axioma que foi quase um consenso nas pesquisas sobre a imigração alemã, a afirmação de que a imigração no Rio Grande do Sul tenha ocorrido em massa:

Menos de 5% dos imigrantes que deixaram a Alemanha desde o início do séc. XIX se dirigiram ao Brasil, e muitos dos que aqui entraram reemigraram para outros países da América do Sul (principalmente a Argentina), para os Estados Unidos, ou retomaram para o país de origem. As dificuldades para obter a naturalização, a desorganização do sistema de colonização, a dificuldade de obterem títulos definitivos de propriedades, as restrições impostas à imigração para o Brasil na Alemanha [...] a existência de do regime escravista, entre outras tantas causas, contribuíram para que o número de imigrantes alemães fosse pouco expressivo quando comparado ao existente em outros países da América, como os Estados Unidos. (SEYFERTH, 1988, p. 03)

Como se pode inferir, a imigração dos alemães no Brasil foi pouco expressiva se comparada a outros países da América. No que tange aos aspectos externos, é necessário analisar o contexto europeu para justificar o processo de emigração. Moure (1987) apresenta aspectos que determinaram a vinda de alemães e outros imigrantes europeus para o Brasil, afirmando que:

Ao longo do séc. XIX e início do séc. XX, países europeus, em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, com alta densidade demográfica e conseqüentemente número de desempregados, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas. Os emigrantes seriam forte mercado consumidor das manufaturas de seus países de origem (MOURE, 1987, p.94)

O processo de imigração estrangeira para o Brasil durante o século XIX está inserido no processo de expansão capitalista mundial. Reitera-se que os países de maior contingência imigratória para o Brasil, Alemanha e Itália, apresentavam uma tardia industrialização. Esses fatores geraram inúmeros processos:

Nestas nações, o desenvolvimento do capitalismo desencadeou uma série de processos, como por exemplo a expulsão do camponês da terra e a destruição do pequeno artesanato, como contrapartida da concentração dos meios produtivos. (PESAVENTO, 1985, p. 26).

Esse camponês expulso da terra e a perda de trabalho do pequeno artesão (a concorrência industrial se tornou imbatível a esse pequeno artesão) geraram uma série de problemas sociais na Alemanha e Itália, o que propiciou uma política de emigração do excedente populacional para desafogar os conflitos internos.

Contudo, Dreher (1995) apresenta uma tese que leva a uma reflexão que vai além do problema socioeconômico – desemprego e, por consequência, fome e miséria – e da criação de um mercado consumidor apresentado por Moure (1987). Dreher (1995) defende que os colonos viam na América a possibilidade de ascensão social muito mais rápida do que na Europa, devido a sua estrutura social ser menos rígida do que a europeia. Além disso, o espírito aventureiro estava presente no emigrante, numa busca da felicidade no desconhecido. Seria a oportunidade de "Fazer a América", a mesma consideração serve para os italianos.

Em contrapartida, para o Brasil a vinda desses imigrantes representou a oportunidade de recebimento de mão-de-obra em substituição à mão-de-obra escrava. Isso, além de representar a possibilidade de uma qualificação no trabalho.

A respeito da substituição da mão-de-obra escrava no Brasil, é de fundamental relevância a ideia defendida por Dreher (1995), que pondera ser este um dos aspectos de maior importância para o processo migratório. O autor discorre que o principal objetivo da vinda de imigrantes europeus para o Brasil era branquear a população brasileira. Demonstra a preocupação da elite, que era esmagadoramente inferior populacionalmente em relação aos negros, escravos ou libertos, mestiços e indígenas. Essa afirmação é compreendida ao se analisar o dado de que apenas 23% da população era branca e a elite dominante nesse pequeno grupo étnico era menor ainda (DREHER, 1999). Soma-se a essa situação, de maioria de população "não branca", o contexto internacional das revoltas "negras", tendo o Haiti como principal exemplo, onde a população negra tornou conta do poder.

Assim, percebe-se como era importante o branqueamento para os interesses da aristocracia brasileira. O que chama a atenção nesse sentido é que o "medo negro" após ser sucumbido pelo processo de imigração alemã, deu lugar ao "medo germânico" ou à *germanofobia* (SEYFERTH, 1988). Porém, o "medo germânico" possui um caráter muito mais pela não "brasileirização" dos germânicos com relação à cultura brasileira, principalmente sob o aspecto religioso, apresentando a diferenciação de um Brasil latino-católico e de uma Alemanha protestante. Todavia, este medo germânico possuiu caráter efêmero, na medida em

que os imigrantes alemães intensificavam o processo de inserção social no decorrer do século XIX.

Julga-se a questão do branqueamento da população brasileira como o principal fator da imigração europeia para o Brasil. Porém, existem outros tantos que também são de fundamental importância para que ele ocorresse, por exemplo, a necessidade de soldados para o exército, ficando mais evidente essa realidade na Província do Rio Grande do Sul devido a seu aspecto de região fronteira e de constante combate contra os platinos.

Essa circunstância, de necessidade de homens para que se combatessem os platinos, oportunizou a vinda de colonos alemães voltados para servir ao exército: Esses imigrantes, conforme citação, ficaram conhecidos por Brummer:

Brummer, aqueles mercenários alemães vindos, no início da década de 1850, para serem empregados nas guerras do Prata, e que, depois, se espalharam pelas “colônias”, exercendo importante papel de liderança em meio a uma população cuja origem predominante, até então, era agrária. (GERTZ, 2011, paginação irregular).

Como já referido, outro grande fator que justifica essa imigração é a substituição de mão-de-obra escrava, pelo fato de a escravidão estar em gradativo processo de decadência. Mas, apesar de a substituição ser necessária, nos seus primórdios a nova forma de trabalho, com mão-de-obra livre e assalariada, não era aceita pelos grandes cafeicultores do sudeste brasileiro. Os cafeicultores queriam, praticamente, manter a estrutura da exploração escravista com esses novos trabalhadores, originando um conflito entre eles (cafeicultores) e os imigrantes alemães, que não aceitavam trabalhar num regime "semi-escravista". Isso praticamente acabou com o trabalho de imigrantes nas lavouras paulistas.

Essa situação conflituosa só foi resolvida a partir da década de 1870, com a vinda de imigrantes italianos. É evidente que os conflitos continuaram a existir, mas o fim do tráfico escravo e uma já provável abolição da escravatura obrigaram os cafeicultores a cederem algumas vantagens aos italianos, diferentemente das circunstâncias que ocorreram com relação aos alemães.

A forma mais comumente adotada foi a organização de núcleos de colonização, fossem eles públicos ou particulares, com esses núcleos destinados a ocupação de áreas de terras devolutas (não aproveitadas para a pecuária extensiva – caso específico do Rio Grande do Sul), oportunizando, nessas áreas, a abertura de estradas e a facilidade de comunicação de regiões tão ermas. A consolidação desses núcleos servia, inclusive, como forma de propaganda para atrair mais imigrantes para seu estabelecimento no Brasil.

Como forma de absorver os novos colonos, o Império passou a criar colônias de povoamento, seguindo a política de criação iniciada por Dom João VI enquanto ele estava no Brasil:

No período de 1822 a 1830, D. Pedro I deu prosseguimento à política de criação de núcleos coloniais praticada por seu pai, D. João VI. Pela constituição de 1824, o imperador reservou para si a questão da colonização, interessando-se, 'pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil, por brancos não-portugueses'. Foi responsável pela implantação de um projeto colonizatório destinado a ocupação e à defesa de parte do território nacional, em oposição aos interesses imediatistas dos grandes proprietários, preocupados em garantir para si os escassos recursos do Estado. (IOTTI, 2003, p. 04).

Dessa forma, o Império brasileiro assume o processo de imigração através do plano da formação de colônias de imigrantes, com o estado financiando este empreendimento que consistia em trazer os imigrantes. Os indivíduos eram atraídos através de propagandas com propostas que subsidiavam o sonho de uma "nova vida" num "Novo Mundo". O Império pagava as despesas como a viagem, distribuindo terras e infra-estrutura (dinheiro, ferramentas e sementes) para que esses colonos pudessem iniciar a colonização em terras brasileiras. Contudo, muitas das promessas feitas a eles "ficaram no papel"; logo, aumentaram ainda mais as dificuldades desses colonos.

A preferência da vinda de alemães para o Brasil está estreitamente ligada ao fato de o Imperador brasileiro, Dom Pedro I, ser casado com a Imperatriz Leopoldina Carolina Josefa, filha de Francisco II, Imperador do Sacro Império Romano e Imperador da Áustria (intitulado de Francisco I). A Imperatriz brasileira, de origem germânica, fora a grande incentivadora para vinda dos alemães ao país. Há de se destacar, também, conforme Müller (1994), o porquê da inviabilidade da vinda de outros povos para o Brasil neste primeiro processo de imigração organizado pelo país após a sua independência:

É claro que não viriam portugueses, de quem o Brasil acabara de se emancipar. Espanhóis, nem pensar, porque eram os inimigos naquela região. [...] Alemães. Leopoldina era alemã. A Prússia, que depois integraria a Alemanha, tinha um exército reconhecido e admirado por D. Pedro I, cujas tendências militaristas era conhecidas. O Brasil precisava de soldados, já que os portugueses, com a Independência, haviam voltado para Portugal. [...] D. Pedro I interessou-se por mercenários alemães e provavelmente, para não ser notado esse "movimento militarista", passou a contratar também colonos que ocupariam as terras sulinas (MÜLLER, 1994, paginação irregular).

Através da imigração, o Império passa não só a buscar alternativas na já citada questão da substituição de mão-de-obra escrava, como também insere o colono numa outra necessidade

do Império: povoar áreas de terras devolutas – subentenda-se terras ocupadas por índios, muitas vezes –, o que gerou um terrível confronto, um conflito entre o "civilizado" europeu e o "selvagem" indígena (MAGALHÃES, 2005, p. 13).

Teve-se, então, através dos auspícios imperiais, a criação da Real Feitoria do Linho Cânhamo, futura cidade de São Leopoldo, primeira colônia de imigração alemã no Brasil fundada com a chegada dos primeiros imigrantes alemães na província do Rio Grande do Sul, em 25 de julho de 1824. Com o Império não tendo condições financeiras (ou competência) para administrar os empreendimentos coloniais, isso passou a ser competência da iniciativa privada, através de empresários de visão empreendedora que viram, principalmente após a criação de Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, a possibilidade de grandes lucros com a criação de colônias imigratórias:

[...] Obtinham a terra a baixo custo do Estado ou particular e auferiam lucros com a venda dos lotes aos imigrantes e, em geral, asseguravam para si algumas das atividades mais lucrativas, como, por exemplo, o aproveitamento da madeira e o comércio, além de manterem em seu poder um número de lotes que seriam vendidos depois da valorização da área através do trabalho do imigrante no próprio lote e na infraestrutura (IOTTI, 2003, p. 10).

A ideia apresentada por Iotii (2003) confirma Dreher (1995, p. 74) ao ressaltar a valorização das terras vizinhas: "Os primeiros núcleos coloniais foram localizados em áreas que permitissem um mais fácil escoamento de produção". O que também acarretou na construção, manutenção e melhoramentos de estradas existentes.

Outro aspecto fundamental na questão da logística dos produtos originários das colônias de imigrantes é com relação à sua proximidade com os rios. Segundo Reinheimer:

A ocupação e a organização espacial dos imigrantes nas áreas por eles colonizadas, situadas em terras ao longo dos cursos de rios navegáveis, permitiram uma forma característica de ocupação, onde o rio foi utilizado em todo período de implantação e expansão das colônias. (REINHEIMER, 2000, p. 26).

A nova dinâmica econômica com os imigrantes teutos no Rio Grande do Sul

A partir da característica de proximidade com os rios, foi propiciado o desenvolvimento agrícola comercial nas zonas de imigração. Esse desenvolvimento é fruto de uma agricultura de policultura, em que o excedente produzido era destinado para a venda ou a troca, uma vez que a moeda corrente de maior frequência utilizada nas colônias, principalmente durante o séc. XIX, era a troca de mercadorias, especialmente a troca de produtos enviados e trazidos a Porto Alegre. Aliás, a troca comercial entre Porto Alegre e as colônias determinou o forte

desenvolvimento econômico da capital do Rio Grande do Sul, engendrando uma relação de clientelismo, ao criar sua base econômica através da dependência de seus produtos para as colônias. Em contrapartida ao fortalecimento econômico porto-alegrense, as outras duas grandes cidades sul-rio-grandenses: Rio Grande e Pelotas, que destinavam sua produção basicamente de produtos pecuários (charque, couro) para o sudeste e nordeste do Brasil, ficavam na dependência do instável mercado imperial.

As relações comércio eram realizadas principalmente pela fluvial durante grande parte do séc. XIX, na medida em que ocorria o enriquecimento e aumento de produção nas colônias, era necessário melhorar as condições de armazenamento e de transporte para essas mercadorias. Assim, nasceram as companhias de navegação, que com o passar do tempo foram expandindo seus negócios não só para a província sul-rio-grandense, como também para a região sudeste do Brasil. Reinheimer (2000) descreve como seria o funcionamento dessas companhias de navegação:

O comércio, por sua vez, ocorria da seguinte forma: os portos ou entreposto comerciais na Região Colonial mantinham um importante comércio com as 'vendas' estabelecidas nas 'linhas' ou 'picadas' dos núcleos coloniais. Junto aos portos, localizavam-se os depósitos e armazéns que normalmente pertenciam às companhias de navegação ou, em sociedades, aos proprietários das embarcações [...] O agricultor-colono entregava seus produtos na 'venda' local. Essas 'vendas' detinham sua influência e alcance comercial dentro de uma certa área e, então, o vendeiro tratava de transportar: por carroça ou pequenas embarcações, os produtos até o porto, nos depósitos [...]. (REINHEIMER, 2000, p. 32).

Essa dinâmica comercial da venda das colônias com a capital impulsionou o surgimento do mercado de consumidor, alavancou o mercado interno do Rio Grande do Sul. Moure defende essa tese:

A formação de um mercado interno gaúcho tem sua dinâmica calcada no caráter específico da imigração alemã e italiana. A produção agrícola da tona colonial, com base na pequena propriedade, 'marcou profundamente a formação e a potencialidade do mercado gaúcho, dotando-o de uma parcela maior da população com médio poder aquisitivo. O imigrante possuía um poder de compra bem maior do que daqueles que, radicados em outras regiões do país, se integram à massa assalariada do campo e da cidade. (MOURE, 1987. p. 102).

Desse modo, após cinco décadas do princípio do processo imigratório alemão para o Rio Grande do Sul (1824), os núcleos das colônias já estabelecidos iniciaram uma nova fase de sua dinâmica comercial. Findada a fase de consolidação de abastecimento interno do próprio núcleo colonial, iniciou o processo de comercialização do excedente de produção para outras

regiões. Soma-se à venda de excedentes agrícolas, a própria produção artesanal do respectivo núcleo colonial, uma vez que:

O próprio desenvolvimento da atividade agrícola permitiu que uma parte dos colonos não dedicasse integralmente ao cultivo da terra e pudesse especializar-se na produção artesanal e na venda do próprio produto para o mercado. Tratava-se, basicamente de uma produção mercantil não-capitalista, na qual o artesão, com ferramentas simples, produzia para o consumo local e para o mercado, com o auxílio da mão-de-obra familiar. (PESAVENTO, 1985, p. 26).

Essa produção artesanal estava diretamente relacionada à necessidade desse colono, muitos produtos eram destinados às lides do campo, como por exemplo, rodas de carroça e ferramentas para lavoura. Outros, à alimentação, como azeites, licores, banha, farinha e cerveja. Além disso, tinha-se, ainda, para cumprir o objetivo de suprir as necessidades básicas, a fabricação de como tijolos para a construção, sapatos e roupas para vestimentas. No entanto, destaca-se, sobre as oficinas dessa época, que:

Nessa época, as oficinas que tinham instalações simples e precárias – apenas algumas mesas, cavaletes e bancos – empregavam, no máximo, dois funcionários que eram também aprendizes, e que, em geral, não recebiam salários pelo seu trabalho, exceto a comida, e eram normalmente da própria família ou tinham relações de amizade ou de vizinhança com o dono da oficina. Os instrumentos e as ferramentas de trabalho eram rudimentares e pertenciam ao dono do estabelecimento. (SCHEMES, FAY e PRODANOV, 2010 p. 164)

A partir dessas condições, a venda desses produtos oportunizou a inserção do colono europeu (principalmente o alemão e o italiano) na nova dinâmica econômica do Rio Grande do Sul. Aliás, não seria nenhum absurdo inferir que o colono europeu não se inseriu na nova dinâmica e sim que ele foi o principal agente para elaboração dessa nova dinâmica econômica. A acumulação do lucro, obtida através do comércio de produtos diversificados, foi um dos fatores determinantes para os investimentos necessários ao surgimento da indústria, no Rio Grande do Sul, no final do século XIX.

Notabiliza-se que esse comércio dependia de uma maior relação de intermediação do interior com a capital. Assim, núcleos coloniais como os de São Leopoldo, São Sebastião do Caí e Santa Cruz do Sul apresentavam maiores chances de acumulação de divisas e seus respectivos investimentos na industrialização. Destaca-se o caso da cidade de São Sebastião do Caí, de onde derivaram grandes indústrias como a Renner, Ritter, Mentz e Oderich.

A ligação com Porto Alegre era fundamental não só pelo fato de criar uma relação com um grande centro consumidor, como também de ter a capital como um intermediário para

exportar os produtos das colônias para outras províncias e/ou estados brasileiros ou até mesmo outro países, como também a ter um intermediário que trouxesse as tecnologias (motores, locomoveis, equipamentos para a indústria) necessárias para o desenvolvimento industrial nas colônias.

Porto Alegre constitui-se, de fato, como o maior centro urbano do estado sul-rio-grandense. Isso, graças a essa dinâmica econômica relacionada com as áreas coloniais e o desenvolvimento industrial incipiente nessa nova dinâmica.

Contudo, salienta-se que a questão da industrialização no Rio Grande do Sul nem sempre ocorreu em consequência de uma evolução artesanal que se intensificou, na medida em que se aumentavam os investimentos oriundos dos excedentes agrícolas. Em alguns casos, constata-se a presença de investidores que não passaram pelo estágio do artesanato, tendo seu foco comercial já relacionado com a instalação de maior porte. Esses investimentos eram do “burguês imigrante” (PESAVENTO, 1985, p.32), um imigrante respaldado pela sua experiência profissional (entendimento técnico e econômico/capitalista). No ramo industrial, via no crescente mercado consumidor sul-rio-grandense/brasileiro um excelente investimento.

Ressalta-se que, muitas vezes, esse “burguês imigrante” via no colonato uma excelente oportunidade para obter uma mão-de-obra qualificada. Esse colono, que serviu de mão-de-obra para as nascentes indústrias sul-rio-grandense, se caracterizou por ser um pequeno produtor rural que não teve recursos suficientes para se modernizar e competir comercialmente com outros colonos. Dessa forma, esse pequeno produtor acabou servindo como uma excelente mão-de-obra para a indústria, pois além de existir um laço étnico entre o imigrante burguês e o imigrante pequeno colono, havia também uma noção de trabalho artesanal por parte desse pequeno colono, o que facilitava o trabalho nas indústrias.

No que tange à matéria prima para a indústria oriunda dos imigrantes, estava relacionada diretamente com a produção sul-rio-grandense, com a indústria se destinando ao beneficiamento, principalmente de alimentos e vestimentas, destacando-se a produção de banha, cerveja, farinha, fumo, roupas e sapatos. Evidencia-se, também, a indústria metal-mecânica, que apesar de depender de matéria prima externa, tinha como finalidade a produção destinada para atender às necessidades internas, ou seja, relacionadas com o setor de produção agrícola. Conforme Schemes, Fay e Prodanov (2010):

Evidentemente, não podemos esquecer que existiam algumas condições favoráveis a esse surto industrial do final do século XIX, como o fornecimento de matéria-prima, o couro, para a indústria de calçados, por exemplo, ou o capital acumulado pelos

comerciantes imigrantes que poderia subsidiar alguns negócios. (SCHEMES, FAY e PRODANOV, 2010, p. 163).

Para agilizar o comércio desses produtos entre as regiões, foi necessário um aprimoramento da questão logística. Nesse sentido, além da questão da navegação, já citada, tem-se a instalação da primeira ferrovia interligando Porto Alegre a São Leopoldo (primeiro núcleo de imigração alemão no Rio Grande do Sul), no ano de 1874. A ferrovia foi criada com a intenção de diminuir o tempo e as limitações do transporte fluvial, que era muito suscetível à cheia do rio dos Sinos, pelo fato de o mesmo ser um rio considerado raso para suportar embarcações de maior porte.

Além disso, a ferrovia aproximou a exportação dos produtos coloniais, também facilitou a importação de máquinas vindas da Europa, que eram de extrema necessidade para as indústrias locais. Assim,

[...] o processo de imigração/colonização que se desenvolveu no Rio Grande do Sul no Rio Grande do Sul estabeleceu formas de vinculação orgânicas com a indústria nascente, tanto no que diz respeito a formação do capital, quanto no que se refere a liberação da força-trabalho, fornecimento de matéria-prima, aquisição de tecnologia e formação de um mercado consumidor para produtos manufaturados. (PESAVENTO, 1985, p. 37).

Esse mercado consumidor (principalmente interno – Rio Grande do Sul) foi decisivo para a constituição da indústria sul-rio-grandense. Indústria essa que começou ainda no século XIX, a partir do ano de 1875, uma série de exposições, que, além de divulgação dos avanços industriais, servia como uma excelente possibilidade de fechamento de negócios.

Com o enriquecimento obtido com as indústrias, o “burguês-imigrante” – que tinha no comércio a atividade principal e, na indústria, um investimento por vezes fundamental, por vezes complementar ao seu negócio – passasse a ter na indústria seu principal foco de investimentos. Dava-se, assim, origem a uma “burguesia industrial” (PESAVENTO, 1985, p. 48).

Conflitos e sincretismo cultural do teuto-sul-rio-grandense

Não foi só no campo da economia que se constatou a influência do imigrante. O aspecto cultural também foi de fundamental importância para a inserção dos imigrantes na sociedade sul-rio-grandense, demonstrando um processo de assimilação cultural, tanto por parte do europeu que estava chegando, quanto por parte dos habitantes locais.

Foram muitos os choques culturais ocorridos. Tem-se, além do choque entre o europeu "civilizado" com o indígena "selvagem", o exemplo de choque ou processo de ruptura entre cristãos no Brasil, que até então eram condicionados a Igreja Católica. Isso ocorre com a vinda dos imigrantes alemães protestantes. Aliás, muitas dificuldades eram impostas a esses imigrantes, que não podiam construir igrejas com torres – não tinham esse direito por não ser a religião oficial do Império –, não tinham o direito de registrar seus filhos – uma vez que o registro ocorria nas Igrejas Católicas que se negava a registrar protestantes; isso só começou a mudar na década de 1870, quando o Império desvinculou o registro civil do religioso.

No entanto, é necessário que se faça uma análise desse "cisma" da Igreja cristã no Brasil, que representou não só uma divisão no campo filosófico religioso, mas uma mudança na estrutura social entre regiões de predominância católica e protestante. Fica claro que o desenvolvimento das regiões protestantes, no que tange ao campo econômico e tecnológico, foi maior. Sobre esse aspecto, julga-se capital apresentar dois pontos de vista fundamentais para que esse desenvolvimento tenha ocorrido em maior escala.

Primeiro, a visão do crescimento pessoal, através do enriquecimento pessoal adquirido, por seu esforço e por seu trabalho. A Igreja Protestante se adaptava mais aos novos tempos de um capitalismo que estava emergindo do que a Igreja Católica - atrelada muitas vezes aos tempos feudais que estavam afundando.

Segundo, o fato de a religião protestante determinar que seu fiel devesse ler e interpretar a bíblia acabava formando uma população alfabetizada, com a comunidade organizando escolas comunitárias. Nessas escolas, além da leitura se aprendia noções básicas de estudo de ciências e matemática. O mesmo não ocorria nas regiões católicas, onde não era necessário (nem aconselhável) que seu fiel lesse a bíblia, uma vez que o padre seria responsável pela leitura e interpretação. Assim, não seria necessário se aprender a ler, ocasionando um menor índice de escolaridade, o que representa uma menor capacidade de conhecer e se adaptar às evoluções da sociedade.

É nesse sentido, de conhecer através da leitura, que se identifica outra grande contribuição da cultura alemã para a cultura sul-rio-grandense, o *Kalender*, ou Almanaque, que era um livro que apresentava informações diversas. O *Kalender* era considerado por muitos o livro que continha todas as informações que um colono deveria saber. Gruzttmann (2004) descreve o seu conteúdo, demonstrando o caráter eclético:

[...] O principio das diversas lições, ou seja, de tudo um pouco para alcançar os diferentes tipos de leitores e suas preferências de leitura, repertório esse variável, conforme a época de circulação dos almanaques, que inclui, basicamente, as seguintes

formas: contos, contos de fada, lendas, novelas, poemas, aforismos, epigramas, anedotas: artigos de cunho histórico, cultural e geográfico, principalmente os aspectos regionais; relatos sobre as descobertas, sobre os progressos na técnica e na ciência, sobre artes e literatura; biografias de vultos significativos do passado e do presente; retrospectivas e prospectivas no âmbito da política internacional; exposições de cunho religioso [...] os editores oferecem inclusive opções acessíveis aos menos letrados e aos analfabetos, mediante a inclusão de fotografias e ilustrações [...] (GRÜTZMANN, 2004, p. 23).

Percebe-se que, além de todo esse caráter “enciclopédico” e de atingir praticamente todas as camadas sociais, o *Kalender* tinha o propósito de estabelecer padrões sócio-culturais, manipulando seus leitores de acordo com sua época, apresentando um caráter *étnico-ideológico* (SEYFERTH, 1988) que, de um modo geral, exaltava o germanismo, interligava o imigrante a terra “*mater*”.

Considerações finais

No decorrer deste artigo, procurou-se estabelecer uma discussão com as fontes pesquisadas. Teve-se o intuito de rever alguns pontos determinantes para a vinda dos imigrantes alemães, bem como de apresentar o legado deixado por esses imigrantes, em decorrência dessa vinda.

Percebeu-se que um dos fatores determinantes para que esses imigrantes alemães atravessassem o Atlântico não estava ligado somente ao aspecto financeiro, à condição de miserabilidade e desprestígio social. Os imigrantes buscavam construir uma nova vida, uma nova sociedade. Inclusive, Dreher (1995) apresenta o simbolismo do Éden nesta “nova” terra selvagem, onde o homem está em harmonia com Deus.

Evidentemente que o “Éden” não era o mesmo paraíso prometido ou sonhado. Não se chegou a entrar na discussão das promessas cumpridas, pois o autor julgou não ser o foco deste trabalho. Contudo, há de se relatar as dificuldades de estabelecimento para estes imigrantes alemães. Isso, com certeza, justifica a ideia do associativismo¹ que foi tão forte entre os teutos. Era necessária a união para combater as dificuldades, quer fossem elas financeiras, por saudades da terra mãe, ou até mesmo pela dificuldade em se estabelecer num país tão diferente em língua e cultura.

Assim, o imigrante que veio para o Rio Grande do Sul no começo do século XIX representava um elemento de povoamento, de uma política de branqueamento e de tropas mercenárias para o exército. Passou para o status de elemento fundamental para a dinamização

econômica com a policultura e o artesanato/manufatura, atingindo, no final do mesmo século, em alguns casos, a posição de elite financeira estadual.

Referências

- DREHER, Martin. “O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil”. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 31, nº 142, Maio/Junho, 1995, p. 59 – 82.
- _____. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. In: *Estudos Leopoldenses – Série história*. São Leopoldo, Unisinos, v. 3, n. 2, 1999, p. 49-70.
- GERTZ, René Ernaini. *O pastor que visitava Borges de Medeiros*. (Apresentação de Trabalho/Comunicação 2011). Disponível em site: <http://renegertz.com/publicacoes/textos/17-textos/104-funke> Acesso em 08/07/2013.
- GRÜTZMANN, Imgart: O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In DREHER, Martin, RAMBO, TRAMONTINI, Marcos. (Orgs). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- IOTTI, Luiza Horn: *Imigração e Colonização*. Disponível em site: http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf. Acesso em 24/04/2013.
- MAGALHÃES, Dóris; et. al. O empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In REINHEIMER, Dalva Neraci. org. *Terra Gente e Fé: aspectos históricos da Taquara do Mundo Novo*. Taquara/RS: Faccat, 2005.
- MOURE, Telmo: RS: Imigração & Colonização; Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- MÜLLER, Telmo Lauro. Razões da Emigração na Alemanha In 1824 Antes e depois - O Rio Grande do Sul e a imigração alemã. Disponível em site: http://www.colono.com.br/asp/entrada_historia.asp. Acesso em 29/06/2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Riocell, 1985.
- REINHEIMER, Dalva: Colônias alemãs, rios e Porto Alegre: um processo de integração e desenvolvimento no séc. XIX. In: *Seminário Nacional de Pesquisadores da História Teuta-Brasileira*; Lajeado: 2000.
- SCHEMES, Claudia; FAY, Cláudia Musa et PRODANOV, Cleber Cristian. Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos do século XX. *Revista História Econômica & História de Empresas*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 157-186, 2010.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. São Paulo, n. 25, p. 03-55, 1988.

Notas

¹ O associativismo representa o ideal de integração social alemã, que permaneceu, inclusive, economicamente na sociedade sul-rio-grandense a partir da formação de Associações coloniais.